

messa de compra e venda, com uma nova valorização do imóvel e um novo reescalonamento do prazo e das prestações, que voltam à estaca zero.

Mas, o que é muito mais grave ainda, é a sistemática da construção das casas. E aqui é que está o mistério do custo alto das residências construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação, tornando-as inacessíveis àqueles que têm baixa e média rendas.

No financiamento de um conjunto residencial, o BNH repassa o dinheiro ao agente financeiro. Este contrata um agente promotor, que é encarregado de promover a divulgação e venda dos imóveis.

Efetuada a comercialização, é selecionado, em concorrência, o empreiteiro da obra, que, por sua vez, a distribui entre vários subempreiteiros, cada um encarregado da execução de determinada tarefa.

Todos — agente financeiro, agente promotor, empreiteiros e subempreiteiros — auferem vultosos lucros, sem contar com o INOCOOP — Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais — que também já ganhou bastante na aquisição e transferência do terreno, e mais ainda o adicionamento dos custos da infraestrutura do conjunto: rede de água, de esgoto, de energia elétrica, calçadas, asfaltamento e arborização, típicos encargos do poder público, que para isso cobra as taxas de serviço correspondentes.

Terminada a construção, o lucro dos intermediários é maior, bem maior do que o valor da obra.

Por tudo isso, apelamos aos Ministros Hélio Beltrão e Mário Andreazza, no sentido de reformularem o Sistema Financeiro de Habitação, corrigindo essas distorções e simplificando sua mecânica operacional, para que o Presidente João Figueiredo obtenha realmente o resultado por ele pretendido de propiciar a todos os brasileiros a aquisição da casa própria.

O SR. MOACIR LOPES (ARENA — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço um apelo ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Agricultura e ao Presidente dos Bancos do Brasil e do Nordeste, apelo que sai do coração e da alma do meu povo, povo da região do norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, que, além de viver em completo isolamento, por falta de comunicações, ainda não recebe os benefícios do “pacote agrícola”, tão cantado aqui em cima, mas que não chegou ainda ao agricultor, que já perde a esperança de vê-lo um dia.

Depois da viagem que fiz em visita a todas as cidades das regiões referidas, observei que as agências bancárias não estão recebendo as propostas de carteiras agrícolas, ou, se recebem, estas são engavetadas, como está acontecendo em Montes Claros, Medina e tantas outras cidades, onde o agricultor chega ao Banco do Brasil ou do Nordeste, faz sua proposta para custeio ou lavoura, perde viagem e tempo, e estas propostas depois são engavetadas, num verdadeiro desrespeito ao pobre homem do campo, que trabalha o dia todo, mãos calejadas, pele tostada pelo sol do sertão.

A época do desmate, do preparo das terras para o plantio está passando. O tal “pacote agrícola” ainda não chegou àquelas regiões. Se chegou, está ainda empacotado, lacrado, ainda não se abriu, despejando seu conteúdo de esperanças para o homem que trabalha nos campos.

A gente do interior, até hoje, só recebeu promessas. Mentido e tapeado pelos bancos, pelos chefes de carteiras rurais, que se julgam os super-homens, os donos da bola, há felizmente exceções, impondo de toda maneira, o homem da roça, vem humilde e humilhado, com chapéu debaixo do braço, cabeça baixa, olhos voltados para o chão, para a terra que tinha esperança de lavar, a fim de que pudesse sustentar os grandes centros consumidores, com o fruto de seu sacrifício, com o suor do seu rosto. Primeiro são atendidos os grandes, os magnatas, que às vezes nem precisam do dinheiro do banco, ou que o utilizam em outros misteres que não sejam os da lavoura ou das lides do campo.

Os menores, os pequenos lavradores são recebidos quando há tempo, ou melhor, quando os senhores donos das carteiras bancárias julgam que devem. Assim acontece:

— Você, aí! O que é que você deseja?

— Vim, seu moço, fazer uma proposta para uma carteira.

— Hoje não pode, não há mais tempo, estamos muito apertados, deixe para outro dia.

E lá se vai de volta aquele que ia, sem saber, contribuir para encher as panelas dos pobres e dos ricos, sem esperança de ver atendidas suas pretensões justas, honestas e cheias de sacrifícios. E é assim que o Brasil vai andando, caminhando sob a égide da burocracia e solapado pelos escalões subalternos, insensíveis aos múltiplos problemas que afligem as populações que trabalham para o sustento de todos.

Ouvimos sempre dizer que, este ano, a safra de arroz será de vários milhões de toneladas, que a de café será de 11,3, a de feijão será de 75,35. Só falam em números, justamente aqueles que nunca ouviram o berro de um boi ou jamais tiveram oportunidade de pisar o chão de um curral. Só conhecem o arroz, o feijão e tantos outros cereais por avião, sobrevoando os campos, ou na panela para satisfazer os seus apetites e de suas famílias.

Vá a roça, veja como vive um lavrador, veja como passam seus filhos, veja a dificuldade que ele tem para conseguir pelo menos falar com um chefe de carteira de um banco ou com o gerente. Depois, veja a injustiça que se pratica em todos os níveis contra esse homem.

Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Delfim Netto, o esforço do Presidente da República, seu e o dos presidentes dos bancos está desaparecendo na voragem do tempo. Não chega à sua destinação.

Vamos muito mal, Sr. Presidente João Baptista Figueiredo. Coloque sua mão e sua inteligência a serviço das soluções desses casos e teremos resolvido, se não todos, pelo menos em grande parte esses problemas. E o brasileiro terá vida melhor, para alegria de todos nós.

Mande, Sr. Ministro Antônio Delfim Netto, desburocratizar este trabalho, mande imediatamente os recursos de que o lavrador precisa, para produzir colheita farta, pois só desta maneira, os campos poderão retribuir os recursos neles empregados.

Facilite tudo para o homem que trabalha e lavra a terra, pois ela é dadivosa e dará tudo que nela plantar, com abundância, para encher as panelas de todos.

E até hoje o “pacote agrícola” não serviu para o homem da roça, ficou só na vontade e na esperança de todos.

O SR. BENEDITO MARCÍLIO (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando toda a Nação brasileira esperava, ansiosamente, que os propósitos de abertura política anunciados pelo Governo do General João Figueiredo não ficassem apenas nas promessas, quando todos nós aguardávamos medidas concretas e objetivas que assegurassem a verdadeira redemocratização do País, fomos surpreendidos com um arremedo de projeto de anistia que, em verdade, não faz justiça a ninguém.

Anistia, Sr. Presidente, Srs. Deputados — e o próprio termo bem o define — é o perdão em forma de esquecimento, é a reabilitação dos que estiveram jogados na marginalidade política por obra e graça dos interesses inconfessáveis dos que se apoderaram do poder e institucionalizaram o arbítrio no País. Mas, infelizmente, não foi esse o entendimento do Governo. Ao invés de propor uma anistia ampla, geral e irrestrita, mandou ao Congresso Nacional um esboço de perdão parcial, contendo em seu bojo injustiças de toda ordem.

Para começar, o projeto do Executivo deixa a critério das administrações a readmissão daqueles que foram atingidos pelos atos de exceção e que, por isso mesmo, perderam seus empregos. E, se uma empresa se definir pela inconveniência de readmitir determinado cidadão, onde é que vai parar o sentido de justiça da anistia proposta pelo Governo? Por que tanta humilhação para com aqueles que já sofreram tanto, Sr. Presidente?

E mais: seguindo, fielmente, o espírito do disposto no art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, pretende a proposição governamental deixar na eterna marginalidade todos aqueles que tenham sido destituídos de cargo administrativo ou de representação sindical. E isso não se justifica, sob hipótese nenhuma.

Por isso, estou apresentando emenda ao Projeto de Lei n.º 14, de 1979, com vistas a corrigir essa injustificável anomalia existente em nossa legislação trabalhista.

O fato de um cidadão haver pertencido à direção de determinada entidade sindical e ter sido destituído pelos atos de exceção que nortearam a vida do País ao longo dos últimos quinze anos, impede que ele volte a exercer as mesmas atividades, até porque ele não saiu por vontade própria, foi compelido e atingido pelas sanções impostas à Nação pelo movimento militar de março de 1964.

É por demais sabido que, subvertida a ordem constitucional em 1964, com a derrubada de um Presidente da República legitimamente eleito pelo povo, a repressão voltou-se, desde logo, contra os órgãos representativos dos trabalhadores, os quais, na sua quase totalidade, sofreram intervenção ministerial, com a sumária destituição de cargos administrativos ou de representação sindical, dos respectivos líderes eleitos.

Por conseguinte, Sr. Presidente, aqui estamos para lavar o nosso protesto contra essa tal de anistia parcial, que não faz justiça e nega o seu próprio significado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FEU ROSA (ARENA — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a última medida ado-